

18.dezembro.2014 – 9h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Direção Geral da Educação

José Vítor Pedroso, Pedro Cunha e Olívia Esperança

Recebidos por: Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Rosa Arezes (PSD) e Inês Teotónio Pereira (PS).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

O Diretor Geral da Educação utilizou uma apresentação em *power point*, que está disponível [página da Comissão, na Internet](#), tendo referido em primeiro lugar que trouxeram medidas que são amigas das crianças e das famílias, tendo por base a missão da Direção Geral, tendo feito a explicitação desta.

Referiu em primeiro lugar as medidas de apoio à família na educação pré-escolar e o facto de estar em curso a revisão das orientações curriculares naquele nível de educação e de seguida o ensino para a itinerância, para os alunos que se deslocam frequentemente de residência, devido à atividade profissional dos respetivos encarregados de educação. Referenciou depois o ensino a distância e o Português Língua Não Materna (para os filhos dos imigrantes, com apoio às escolas através de uma plataforma à distância, ciberescola).

Em relação ao apoio ao estudo, informou que no 1.º ciclo tem, no mínimo, 1,5h por semana e é de frequência obrigatória, enquanto no 2.º ciclo é de oferta obrigatória e frequência facultativa, podendo tornar-se obrigatória por indicação do conselho de turma, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação.

Quanto às atividades de enriquecimento curricular, indicou que se inserem na política da escola a tempo inteiro e são de oferta obrigatória, sendo a inscrição facultativa. Referenciou igualmente no âmbito da mesma política a componente de apoio à família, implementada por autarquias, associações de pais e instituições particulares de solidariedade social, em articulação com os agrupamentos de escolas.

Indicou medidas para promover o sucesso e prevenir o abandono escolar, tendo referido que Portugal tem investido muito neste âmbito e tem havido resultados. Deu como exemplo a constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa nas turmas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Referenciou o ensino recorrente, destinado a adultos e aludiu depois à educação para a cidadania, área transversal, distribuída por 14 áreas, que é obrigatória, competindo à escola definir os conteúdos a abordar, o modelo e o nível de ensino. Informou ainda que neste momento a Direção Geral está a trabalhar as áreas dos direitos humanos, igualdade do género, saúde e sexualidade.

Deu indicações sobre o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, que resulta duma atuação coordenada dos Ministérios da Educação e Ciência, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, tendo informado que no ano de 2013-2014 teve 532 educadores afetos e este ano tem um número superior.

Aludiu à produção e disponibilização gratuita de manuais adaptados e aos produtos de apoio para os alunos com necessidades educativas especiais. Deu informações sobre os Centros Educativos para a Inclusão – referindo que no ano letivo anterior foram creditados 90 – e sobre os Centros de Recursos TIC para a Educação Especial – indicando a sua distribuição pelo país.

No que respeita à ação social escolar, indicou as suas vertentes, realçou que as refeições escolares são todas participadas, sendo gratuitas para os alunos do escalão A de rendimentos e informou que a Direção Geral fixa orientações em relação à qualidade e produtos das mesmas. Referiu depois o Programa Leite Escolar, o Regime de Fruta Escolar e o apoio às escolas na promoção e Educação para a Saúde.

Referenciou os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), constituídos em territórios degradados e a que são atribuídos mais apoios, informando que este ano abrangem 137 agrupamentos. Indicou ainda as atividades no âmbito do Desporto Escolar e a criação dos Centros de Formação Desportiva, com a promoção de estágios de formação desportiva especializada durante as férias letivas. Por último, informou que têm protocolos com várias entidades.

Interveio de seguida a Deputada Rosa Arezes (PSD), referindo que a baixa natalidade não é recente, não decorre da austeridade e acontece por toda a Europa, tendo vários países tomado medidas, com mais ou menos resultados. Considerou que as medidas que tinham sido indicadas eram muito importantes e realçou a importância de se promover a conciliação entre a vida profissional e a familiar, com particular acuidade nos centros urbanos.

Indicou que um filho precisa de mais coisas, como atenção, que a vida atual não permite facilmente e pediu que indicassem as medidas que consideravam prioritárias, tendo em vista a proteção das crianças, das famílias e a promoção da natalidade e salientando que as mesmas só produziram efeitos daí a décadas.

Em relação ao apoio ao estudo no 2.º ciclo, considerou que ou é obrigatório e vão todos os alunos, até alguns que não precisam ou não é obrigatório e muitos alunos que precisam não vão, tendo solicitado a reponderação desta matéria.

Referiu depois que os grupos de homogeneidade não são consensuais e podem ser entendidos como exclusivos, questionando se nivelam por baixo.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que estão em causa as vertentes de incentivo à natalidade e de apoio às crianças e famílias, defendendo que neste momento devem prioritariamente remover-se os obstáculos à natalidade. Indicou que em relação à educação pré-escolar e à 1.^a infância tinha havido uma evolução positiva, mas ainda havia muito caminho para fazer. Questionou depois se entendiam que o aumento da oferta deveria ser feito com recurso à celebração de contratos simples com entidades não públicas ou se devia alargar-se a oferta pública.

Pedi depois o ponto de situação e o balanço em relação às bolsas de manuais escolares, considerando que deve tender-se para manuais gratuitos. Questionou se a alteração de rendimentos das famílias permitia uma revisão trimestral em termos de abono de família e de apoio social. Perguntou ainda se as crianças em risco têm facilidade de acesso à escola e defendeu que o horário escolar, nomeadamente no 1.^o ciclo, constitui um grande entrave, tendo solicitado informação sobre as alterações possíveis. Por último, considerou ainda que as férias escolares são grandes.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que a situação atual em termos de natalidade está interligada com as condições económicas atuais, que resultam das políticas adotadas pelos diversos Governos há vários anos.

Salientou a instabilidade e a precariedade do emprego, referindo que há casais jovens com contratos quinzenais, referenciou a existência de horários de trabalho inconciliáveis com a vida familiar, as despesas elevadas com os filhos, nomeadamente em termos de saúde (indicando o preço das taxas moderadoras e dos medicamentos), os custos com os manuais escolares e defendeu que estas circunstâncias levam a que a decisão de ter filhos seja mais tardia, eliminando a hipótese de um maior número dos mesmos.

Considerou ainda que os jovens são muito empurrados para a emigração e muitas vezes não regressam e defendeu a necessidade de alargamento da rede pública de estabelecimentos de educação e ensino.

Na sequência das questões e observações colocadas, os representantes da Direção Geral da Educação indicaram o seguinte:

1. O apoio ao estudo é obrigatório no 1.^o ciclo, enquanto no 2.^o a obrigatoriedade depende da escola, desde que as famílias estejam de acordo, estando incluída na autonomia daquela, que tem mais proximidade, capacidade e qualidade de intervenção;
2. O apoio da escola nas interrupções letivas e antes e depois das aulas e o desenvolvimento de outras atividades que permitem o apoio às famílias;
3. Há hoje mais apoios e uma maior vigência dos manuais escolares e um grupo de trabalho está a estudar a utilização de manuais digitais, após o que consultarão os parceiros, havendo também dezenas de projetos piloto, com vários promotores, que estão a testar esse tipo de manuais;
4. O apoio aos estágios desportivos - e a existência atual de 32 centros de formação desportiva - a adotar por escolas que tenham os meios disponíveis.;
5. A rede de educação pré-escolar é da responsabilidade de outra Direção Geral, o mesmo se passando com o apoio social (SASE);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

6. No âmbito do apoio ao sucesso escolar, salientaram a mediação escolar e referiram a celebração de um Protocolo com a EPIS – Empresários Pela Inclusão Social – com 50 professores afetos;
7. A existência de um maior número de escolas TEIP, as quais se concentraram no ensino e na interligação da escola às famílias;
8. A ação social depende da informação da Segurança Social e desde que haja evidência da alteração do rendimento da família, a escola altera o apoio prestado;
9. Os professores nas comissões de proteção de crianças receberam formação especializada e passaram a desenvolver essas funções em dedicação exclusiva, tendo sido reforçada a participação do Ministério da Educação e Ciência. Complementaram que tendo começado como um serviço de resposta, atualmente trabalham mais na prevenção e concluíram com um balanço muito positivo. Salientaram que o sistema está focado na criança ou na família, enquanto os educadores estão focados em ambos;
10. Deram informações sobre os critérios de acesso ao jardim-de-infância e os apoios às crianças em risco dos 0 aos 6 anos e reiteraram que os grupos de homogeneidade são temporários.

A apresentação feita pelo Diretor Geral da Educação e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 18 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes